



UBUNTU: A ECONOMIA SOLIDÁRIA DOS POVOS

Cartilha da Rede Ubuntu de Cooperação Solidária



**LANCEIROS NEGROS:
AS LUTAS DO
POVO NEGRO NO RS**

25 SET 2020 | 19h
Transmissão: Facebook do CAMP

Convidados


Eliane Almeida de Souza
Negritude, PhD em Educação
Ambiental pela FURG/RS


Onir Araújo
Integrante da Frente Quilombola/RS


Mediação: Gil Neves


REDE UBUNTU
COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA
SOU PORQUE NÓS SOMOS


**Escola de
Cidadania
CAMP**


João Manoel Buiatti

**19ª Feira Virtual da
Rede Ubuntu**


**POR UMA ECONOMIA
SOLIDÁRIA ANTIRRACISTA**

 **16 a 20
NOVEMBRO**

**ARTESANATO | ALIMENTAÇÃO | SERVIÇOS
BRECHÓS | PRODUTOS AFRO
PRODUTOS ORGÂNICOS**


REDE UBUNTU
COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA
SOU PORQUE NÓS SOMOS


**VITRINE
UBUNTU**


**FONSAN
POTMA**


**Escola de
Cidadania
CAMP**


MINISTÉRIO DA
CIDADANIA
SECRETARIA NACIONAL DE
INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA URBANA


**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
PODERA JUNTOS

EXPEDIENTE

A Cartilha, *UBUNTU: A Economia Solidária dos Povos*, foi produzida pelo CAMP - Centro de Assessoria Multiprofissional em parceria com o FONSANPOTMA – Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Porto Alegre, 2022.

Organização e Revisão: Equipe CAMP, FONSANPOTMA e Comitê Gestor da Rede Ubuntu

Imagens: CAMP – Escola de Cidadania

Conselho Diretor do CAMP: Adelto Rhor, Bernadete Konzen, Lucia Garcia, Mauri Cruz, Rosimar de Mattos e Selvino Heck

Secretária Executiva do CAMP: Daniela Oliveira Tolfo

Coordenação Pedagógica do CAMP: Marcia Falcão

Equipe do Projeto: Daniela Tolfo, Gilciane Neves, Marcia Falcão e Kate Schmaedecke

Projeto: Constituição da Rede Ubuntu de Cooperação Solidária – TF 852621/2017 -

Ministério da Cidadania/Secretaria de Inclusão Produtiva/Departamento de Economia Solidária

Redes Sociais:

<http://camp.org.br/>

<https://www.facebook.com/CampCidadania>

<https://www.youtube.com/user/camp1983ong>

<http://www.fonsanpotma.com.br/>

<https://vitrineubuntu.com.br/>

<https://www.facebook.com/groups/redeubuntu>

CANDACES

Salve nossas Candaces!

Mulheres, mães, rainhas

Governam, coordenam, lideram

Exercem seus papéis com maestria.

Ancestralidade à flor da pele!

Resilientes, resistem.

Desde Meroé, Egito até as terras do além mar

Vem forjando suas histórias de gerações em gerações.

Nesse legado de inquietudes e atitudes...

*Luiza Bairros, Luciana Lealdina Araújo, Zenóbia Lúcia de Deus,
Petronilha Beatriz G Silva, Deise Nunes, Fernanda Carvalho,
Maria Helena Vargas, Nelma Oliveira Soares, Iara Deodoro, Maria
Francisca G. Garcia (Vó Chica), Iyá Vera Soares, Marli Medeiros,
Maria de Lurdes S. Silva, Syrlei Amaro, Roseli do Renascer, Maria
Eloá dos Santos, Franquilina Marques Cardoso, Maria Oscarlina,
Irlanda Gomes, Eni Canarim, Terezinha Juraci Brasil Silva, Mãe
Norinha de Oxalá, Vera Cardoso, Maria Elaine Espíndola, Maria
Cristina Santos, Saraí Soares, Maria Mulher, Maria da Graça Paiva,
Vera Triumpho, Eva Teresinha de Oliveira, Vera lopes, Irene Santos,
Gladis de Deus Pereira, Jorcelina Ferreira da Costa*

Isabete Fagundes Almeida

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
O FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana	07
PARTE I: MARCOS CONCEITUAIS ESTRUTURANTES	08
1.1. <i>Ser Ubuntu e Povos Tradicionais</i>	08
1.2. <i>POTMAS – Povos Tradicionais de Matriz Africana</i>	14
1.3. <i>Economia Solidária</i>	17
PARTE II: CAMINHOS METODOLÓGICOS NAS ETAPAS PRESENCIAL E VIRTUAL	20
2.1. <i>Metodologia do projeto</i>	20
2.2. <i>Respostas metodológicas em ambiente virtual no contexto da pandemia</i>	22
2.3. <i>Economia Solidária Antirracista e Feminista</i>	25
PARTE III: SINDESU - SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E FINANÇAS SOLIDÁRIAS UBUNTU	28
3.1. <i>As cooperativas e suas federações e confederações</i>	30
3.2. <i>O Banco Grão de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e a moeda Grão Digital</i>	31
3.3. <i>O Fundo Solidário Ubuntu</i>	32
3.4. <i>A Vitrine Ubuntu</i>	32
3.5. <i>A Rede Ubuntu de Cooperação Solidária</i>	33
3.6. <i>A Gestão do SINDESU</i>	34
CONSIDERAÇÕES	35
Referências	36

APRESENTAÇÃO



cartilha, *UBUNTU: A Economia Solidária dos Povos* é resultado da sistematização do processo pedagógico do projeto Constituição da Rede Ubuntu de Cooperação Solidária e tem por objetivo registrar a caminhada de quase quatro anos desenvolvida através das ações do projeto, o qual situa-se num contexto mais amplo, elaborado pelos Povos Tradicionais, em especial os de Matriz Africana na sua relação com a política nacional de Economia Solidária. O projeto teve o financiamento do Ministério da Cidadania/Secretaria de Inclusão Produtiva/Departamento de Economia Solidária.

Os POTMAs – Povos Tradicionais de Matriz Africana – construíram ao longo dos últimos 10 anos uma relação estreita com a Economia Solidária, desenvolvendo ferramentas próprias para gerar autonomia financeira e política ao POTMAs. A Rede Ubuntu de Cooperação Solidária é uma delas e foi formatada para estar conectada com as demais, que fazem parte do SINDESU - Sistema Nacional de Desenvolvimento Econômico e Finanças Solidárias Ubuntu. Junto com a Rede Ubuntu, fazem parte deste sistema as Cooperativas dos Povos, o Fundo Solidário Ubuntu¹, o Banco Grão – de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, a Vitrine Ubuntu, plataforma online desenvolvida pelo presente projeto, que contempla todos os Empreendimentos que compõem a Rede Ubuntu e o SINDESU - <https://vitrineubuntu.com.br/> e a Moeda Social Grão. Todas estas ferramentas serão tratadas com maior detalhamento na parte três da Cartilha.

Dessa forma, o projeto da Rede Ubuntu teve como objetivo organizar e constituir a Rede Ubuntu de Cooperação Solidária no RS, garantindo a inserção dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, Quilombolas, Indígenas, Pescadores, Camponeses no contexto e práticas da Economia Solidária, como forma da superação de desigualdades históricas, através da realização de processos formativos fundamentados na educação popular e de articulação com outros atores da economia solidária, visando o fortalecimento das cadeias produtivas, a geração de trabalho e renda, a constituição de arranjos econômicos territoriais de produção, comercialização e consumo solidário. O público beneficiário, desta forma, foram os empreendimentos, grupos, Unidades Territoriais Tradicionais², comunidades indígenas e quilombolas. Para contemplar este propósito, estavam previstas um conjunto oficinas, assessorias técnicas, seminários estaduais, encontro nacional, criação de aplicativo de celular para comercialização, entre outras ações. O principal desafio foi desenvolver estas ações previstas durante o período da Pandemia do Covid-19 entre 2020 e 2022, mas disso vamos tratar na parte dois.

Esperamos que todas, todos e todes que tenham aceso a este material sintam-se fazendo parte do que fomos construindo ao longo deste quase quatro anos.

¹ Constituído em 2017 através do projeto executado pelo CAMP - Fortalecimento e Expansão das Iniciativas de Fundos Solidários na Região Sul Convênio 792864/2013 - <http://camp.org.br/files/2017/02/CARTILHA-FUNDOS-SOLIDARIOS-FINAL-WEB.pdf>

² Conceito de: Unidades Territoriais Tradicionais de Matriz Africana: Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

*Somos UBUNTU,
somos Economia Solidária!
Somos luta antirracista!
Somos acolhimento e diversidade!
Somos uma Tradição que Alimenta, não violenta!
Somos Ancestralidade!
Somos Sagradas Mulheres Águas!
Somos Feministas, Antirracistas e Anticapitalistas!*

#EconomiaSolidáriaAntirracista
#TradiçãoAlimentaNãoViolenta

O FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Povos Tradicionais de Matriz Africana

O FONSANPOTMA³¹ segue para o seu oitavo ano de existência. Uma grande parte do povo já teve contato com esta organização.

Esta organização propõe políticas públicas. Esteve na construção do Plano Nacional de Desenvolvimento dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e em vários municípios do país, constitui em todo território brasileiro criar as Frentes Parlamentares e a Teia Parlamentar em defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana. Desde nossa fundação participamos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e estamos presentes em 14 CONSEAS estaduais, muitos municipais, sendo que na mesa diretora da maioria destes. Participamos das conferências de segurança alimentar, da construção do Plano Pluri Anual - o marco da construção do orçamento federal a partir de um olhar participativo. Participamos das reuniões do Plano SAFRA, de delegações para discutir o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Etiópia e em Moçambique.

Este Fórum criou a primeira cooperativa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana no Rio Grande do Sul, o piloto deste projeto, daí partimos e configuramos o SINDESU- Sistema Nacional de Desenvolvimento Sustentável Ubuntu que é composto de uma Rede de Empreendedores, uma Cooperativa, um banco - o Banco Grão - e um Fundo Solidário de Crédito.

Nas relações internacionais trouxemos o Rei Oba Al-Maroofo Adegunle Magbagbeola (Olufon) como estadista do seu país e do seu povo para visitas nas Assembleias legislativas do estado de São Paulo, Rio de Janeiro, várias câmaras municipais de vereadores e na Câmara de Deputados em Brasília. Numa articulação histórica com o Fórum Social Mundial, governo estadual da Bahia e de São Paulo, tivemos a presença dos Reis e Rainha do Benin que estabelece o primeiro consulado do povo Ewe-Fon em Salvador. Estabelecemos reunião com as Embaixadas do Benin, de Angola, da Nigéria no reconhecimento do Povo que deu continuidade as suas tradições na Diáspora forçada do seu povo originário.

O FONSANPOTMA tem uma parceria com o Fórum Mundial de Autoridades Locais Periféricas para Metrôpoles Solidárias (FALP) para Inclusão Social e Democracia Participativa em cidades periféricas e com Associação Brasileira de Municípios (ABM) buscamos constituir as cidades coirmãs a partir dos Povos.



³¹ <http://www.fonsanpotma.com.br/>

Parte I: MARCOS CONCEITUAIS ESTRUTURANTES

Como afirmamos, o projeto Rede Ubuntu de Cooperação Solidária teve por horizonte e objetivo incidir no desenvolvimento social e econômico dos Povos e Comunidades Tradicionais envolvidos e foi concebido dentro dos marcos conceituais da Economia Popular e Solidária, bem como dos Povos e Comunidades Tradicionais, em especial os de Matriz Africana, respeitando e incorporando a visão de mundo dos povos tradicionais, especialmente a filosofia e ética Ubuntu. Nesta parte vamos abordar os marcos conceituais estruturantes do projeto.

Assim, vamos conhecer um pouco mais sobre ser Ubuntu, Povos Tradicionais – Indígenas, Quilombolas, Pescadores e Ribeirinhos e Ciganos -, sobre os POTMAS - Povos Tradicionais de Matriz Africana e sobre Economia Solidária.

1.1 SER UBUNTU E POVOS TRADICIONAIS

SER UBUNTU

Ubuntu é uma noção existente nas línguas Zulu e Xhosa - línguas Bantu do grupo Ngúni, faladas pelos povos da África Subsaariana. Uma das organizações mais importantes sobre as questões negras no Brasil, o GELEDÉS Instituto da Mulher Negra - <https://www.geledes.org.br/> - nos apresenta o que é ser Ubuntu e como “traduzir” esta expressão para o português colonizado do Brasil.

Ubuntu: A Filosofia Africana que nutre o conceito de Humanidade em sua essência, conformando uma sociedade sustentada pelos pilares do respeito e da solidariedade. Trata da importância das alianças e do relacionamento das pessoas, umas com as outras. Na tentativa da tradução para o português, ubuntu seria “humanidade para com os outros”. Uma pessoa com Ubuntu tem consciência de que é afetada quando seus semelhantes são diminuídos, oprimidos. – De Ubuntu, as pessoas devem saber que o mundo não é uma ilha: “Eu sou porque nós somos”.

Eu sou humano, e a natureza humana implica compaixão, partilha, respeito, empatia – detalhou Dirk Louw, doutor em Filosofia Africana pela Universidade de Stellenbosch (África do Sul). Dirk conta que não há uma origem exata da palavra. Estudiosos costumam se referir a ubuntu como uma ética “antiga” que vem sendo usada “desde tempos imemoriais”. Na esfera política, o conceito é utilizado para enfatizar a necessidade da união e do consenso nas tomadas de decisão, bem como na ética humanitária. A ideia de Ubuntu inclui respeito pela religiosidade, individualidade e particularidade dos outros.

Ubuntu ressalta a importância do acordo ou consenso. A cultura tradicional africana, ao que parece, tem uma capacidade quase infinita para a busca do consenso e da reconciliação².

² Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/ubuntu-filosofia-africana-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia/> para mais, veja também: <https://www.geledes.org.br/tag/ubuntu/>



O QUE SÃO POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS?

O Brasil conta com um marco legal construído a muitas mãos pela diversidade das lutas dos povos e comunidades tradicionais. Trata-se do Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2017, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Segundo o decreto “Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam

e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (Art 3, I).

São exemplos de povos e comunidades tradicionais: Quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caçaras, praiheiros, sertanejos, jangadeiros, ciganos, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros. Estima-se que no Brasil cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte dessas comunidades, ocupando 25% do território nacional.



Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, “Povos e comunidades tradicionais – PCT - são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” Entre os PCTs do Brasil, estão os povos indígenas, os quilombolas, as comunidades tradicionais de matriz africana

ou de terreiro, os extrativistas, os ribeirinhos, os caboclos, os pescadores artesanais, os pomeranos, entre outros.

De acordo com a Cartilha Direitos dos povos e comunidades tradicionais, os PCTs *“são povos que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Os membros de um povo ou comunidade tradicional têm modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, o que faz com que esses grupos se autorreconheçam como portadores de identidades e direitos próprios”*³. Estes povos e comunidades vivem a solidariedade há muitos séculos. Assim sobrevivem e resistem ao modo de vida capitalista que visa a acumulação e concentração de bens e dinheiro. As raízes da Economia Solidária advém das relações e culturas destes Povos.

Os povos e comunidades tradicionais são titulares do direito fundamental à assistência jurídica, de forma integral e gratuita. Ela pode e deve ser adotada de forma coletiva, sempre que houver necessidade de afirmação, reconhecimento, proteção e defesa de seus direitos étnicos e territoriais. Estão amparados pela Constituição Federal, pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (2004), pela Convenção da Diversidade Biológica (1998), pela Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2007), pela Lei n.º 10.678 - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pelo Estatuto da Igualdade Racial, pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), entre outras.



POVOS INDÍGENAS

De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA) ⁴, através do programa Povos Indígenas no Brasil, estima-se que, na época da chegada dos europeus, eram mais de 1.000 povos, somando entre 2 e 4 milhões de pessoas. Atualmente encontramos no território brasileiro 256 povos, falantes de mais de 150 línguas diferentes.

Os povos indígenas somam, segundo o Censo IBGE 2010, 896.917 pessoas. Destes, 324.834 vivem em cidades e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país. A maior parte dessa população distribui-se por milhares de aldeias, situadas no interior de 726 Terras Indígenas, de norte a sul do território nacional. Como todo grupo humano, os povos indígenas têm culturas que resultam da história de relações que se dão entre os próprios homens e entre estes e o meio ambiente; uma história que, no seu caso, foi (e continua sendo) drasticamente alterada pela realidade da colonização.

3 Cartilha: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>

4 <https://pib.socioambiental.org/>

Os indígenas do Rio Grande do Sul são integrantes dos povos Kaingang, Guarani, Charrua e Xokleng. A população total no estado, segundo o censo do IBGE de 2010, é de aproximadamente 33.000 indígenas. A grande maioria pertence a etnia Kaingang (30 mil), Guarani, 25.500 e uma comunidade Charrua, que vive no bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. Grande parte desta população habita pequenas áreas degradadas, em acampamentos nas margens de rodovias, ou áreas devolutas sem as mínimas condições ambientais, sem saneamento básico, infraestrutura e terra para subsistência. As terras retomadas contabilizam sete áreas: Mbyá Guarani: Ponta do Arado (Belém Novo, Porto Alegre); Aquífero Guarani (RS 040, Viamão); Yvyrupa (Maquíné); Pará Roke (Rio Grande); Terra de Areia (Terra de Areia). Kaingang: Canela (Parque Nacional, Canela); Carazinho (entre Carazinho e Passo Fundo).

O projeto alcançou duas comunidades indígenas, uma Guarani na Lomba do Pinheiro, com a qual realizamos assessorias técnicas e uma em Viamão, da Etnia Kaingang. Ambas também fizeram parte das Campanhas de Arrecadação de Alimentos e eventualmente roupas, realizadas pela Rede Ubuntu em 2021, durante a pandemia.



COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Quilombolas são os descendentes e remanescentes de comunidades formadas por pessoas que foram escravizadas fugitivas (os quilombos), entre o século XVI e o ano de 1888 (quando houve a abolição formal da escravidão), no Brasil. A palavra quilombo origina-se do termo *kilombo*, presente no idioma dos povos Bantu, originários de Angola, e significa local de pouso ou acampamento⁵.

No Brasil, conforme dados disponíveis no governo federal, calcula-se a existência de mais de 3.000 comunidades quilombolas distribuídas por todas as regiões do país, desde o Sul do Brasil até a Amazônia, totalizando cerca de 2,2 milhões de pessoas. Porém, conforme a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ⁶ – estima-se que existam no país 6.330 comunidades quilombolas. O Rio Grande do Sul possui 146 comunidades quilombolas identificadas. Deste total, 90% já possuem certificado emitido pela Fundação Palmares e se encontram em fase de regularização. No entanto, apenas duas são tituladas, e três possuem titulação parcial⁷. A capital gaúcha tem 11 territórios quilombolas, sendo sete certificados pela Fundação Cultural Palmares e quatro auto declarados. Porto Alegre possui também o primeiro quilombo urbano titulado do país e gravado como Área Especial de Interesse Cultural, o Quilombo da Família Silva.

“Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a proprie-

5 <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>

6 <http://conaq.org.br/>

7 <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/comunidades-quilombolas>

dade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”. O sistema escravagista vigorou até 1888 e foi responsável pela entrada de mais de 5 milhões de homens e mulheres prisioneiros oriundos do continente africano – embora haja discrepância entre as estimativas apresentadas. Além de oriundos dos antigos quilombos de escravos refugiados é importante lembrar que muitas das comunidades foram estabelecidas em terras oriundas de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição formal. Identidade e território se entrelaçam nas comunidades que lutam pelo seu direito de ficar, produzir, viver nas suas terras. Segundo o CONAQ, o pertencimento em relação ao território é algo profundo. A luta quilombola existe porque há um sentimento por parte dos quilombolas de que aquele território em que eles habitam é deles. Mas não é deles por conta de propriedade, é deles enquanto espaço de vida, de cultura, de identidade. Isso nós chamamos de pertencimento. É o sentimento de continuidade da luta e resistência.

A construção da identidade e a perspectiva que dá forma ao pertencimento são fundadas no território e, também, em critérios político-organizativos. Nesse sentido, identidade e território são indissociáveis. A organização das comunidades quilombolas como um grupo étnico tornou possível a resistência e defesa do território, além de singularizar sua ocupação. O processo de territorialização das comunidades quilombolas está estritamente relacionado com a organização social ⁸.

POVOS CIGANOS

Ciganos são compreendidos como um grupo de pessoas que são nômades, divididos em clãs que perambulavam pela Europa. Os ciganos estão longe de constituir um povo único e homogêneo, e são divididos em várias etnias. Estima-se que no Brasil vivam aproximadamente 500 mil pessoas integrantes de povos ciganos distribuídos em pelo menos três etnias: Calon, Roma e Sinti. Dados do IBGE apontam que em 2014, 337 cidades abrigavam acampamentos ciganos, em 21 Estados. A maior concentração de acampamentos situa-se em Goiás, Bahia e Minas Gerais.

Por serem nômades, os ciganos foram incorporando hábitos e costumes das regiões onde estavam. No entanto é possível identificar traços comuns que compõem a cultura cigana. Os ciganos acabaram exercendo ofícios que podiam ser desempenhados em todos os lugares. Por isso, os homens eram ferreiros, comerciantes, cuidadores de cavalo e gado. Dentro dos clãs ciganos, as mulheres estão mais restritas à esfera doméstica, porém realizavam trabalhos como costureiras, rendeiras e artistas. Também se dedicavam a leitura das mãos e de baralho para predizer o futuro. Os valores como a fidelidade à família e ao clã, e os casamentos entre si são outras características marcantes que podemos observar em todos os ciganos.

Em maio de 2022, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou, o projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS), que cria o Estatuto dos Povos Ciganos (PLS 248/2015). O Estatuto dos Povos

⁸ <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>

Ciganos determina ser dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, em suas diversas atividades, preservando sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. A proposta dispõe sobre educação, cultura, saúde, acesso à terra, moradia, trabalho e ações afirmativas em favor dos povos ciganos. Suas disposições preliminares elencam os objetivos de combate à discriminação e à intolerância; trazem breves definições sobre quem são os ciganos, desigualdade racial, políticas públicas e ações afirmativas; impõem ao Estado o dever de garantir igualdade de oportunidades e de defender a dignidade e os valores religiosos e culturais dos ciganos, prioritariamente mediante políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, ações afirmativas e combate à discriminação. O projeto busca também reconhecer, proteger e estimular o acesso à terra, à moradia e ao trabalho. Além disso, cria o dever de coletar periodicamente informações demográficas sobre os povos ciganos, para subsidiar a elaboração de políticas públicas em seu favor.⁹

9 Fonte: Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/02/estatuto-dos-povos-ciganos-e-aprovado-e-deve-seguir-pa-ra-a-camara>

PESCADORES ARTESANAIS E RIBEIRINHOS

Povos residem nas proximidades dos rios e têm a pesca artesanal como principal atividade de sobrevivência. Cultivam pequenos roçados para consumo próprio e também podem praticar atividades extrativistas e de subsistência. Por conta dos aspectos geográficos do país, é na Amazônia que está a maior parte dessa população. Além das populações nativas, somam-se a esta categoria descendentes de migrantes do Nordeste do país. O rio possui um papel fundamental na vida dos ribeirinhos. É através dele que são estabelecidas as ligações entre as localidades com a utilização de jangadas e barcos como o único meio de transporte. O rio é sua rua. É nele também que os ribeirinhos executam uma das principais atividades que lhes proporciona fonte de renda e de sobrevivência: a pesca. A plantação de milho e mandioca, a produção de farinha e a coleta da castanha e do açaí também ocupam lugar de destaque nas atividades agrícolas das comunidades ribeirinhas ¹⁰.

Através do projeto estabeleceu-se relações com comunidades e organizações de Pescadores, principalmente na região litorânea e do Sul do estado. A pesca artesanal garante a segurança alimentar e nutricional da sociedade brasileira. Cerca de 70% do pescado produzido no país é proveniente deste modelo de produção. Além da importância econômica, os pescadores e pescadoras artesanais desenvolvem uma série de saberes, fazeres e sabores que representa elementos culturais de matriz indígena e afro-brasileira. Ao praticarem essa atividade

10 http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos

de milênar, as comunidades pesqueiras estabelecem uma relação bastante peculiar com os recursos naturais, o que garante a preservação dos seus territórios, bem como sua reprodução física e cultural.

Os pescadores e pescadoras artesanais, embora sejam populações tradicionais com direitos garantidos na constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, a exemplo da convenção 169 da OIT, não têm uma lei específica como os indígenas e os quilombolas que explicita o direito ancestral ao território e a garantia do seu modo de vida. Para alcançar tais direitos, os pescadores artesanais estão organizados em um movimento, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e desde 2012 realizam uma Campanha Nacional pela Regularização do Território Pesqueiro. Em 2019, o projeto de Lei de Iniciativa Popular¹¹ foi entregue ao Congresso Nacional, após a coleta de assinaturas de 1% do eleitorado brasileiro. O Projeto de Lei 131/20 assegura a comunidades pesqueiras tradicionais – que têm a pesca artesanal como modo de vida – preferência para acessar e utilizar os recursos naturais presentes no território onde vivem. A proposta também garante a essas comunidades o direito de serem consultadas previamente sobre planos e decisões que afetem a gestão das superfícies de terra ou corpos d'água utilizados por elas para viver e desenvolver atividades produtivas. O projeto de lei segue em tramitação¹².

1.2 POTMAS – POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá trasladados e que foram escravizados, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.

De acordo com o FONSANPOTMA¹³, os Povos Tradicionais de Matriz Africana se reconhecem como resistência no Brasil. Esses coletivos se caracterizam pela manutenção de um contínuo civilizatório africano no país, constituindo territórios próprios marcados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços sociais.

Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil recebeu aproximadamente cinco milhões de africanos e africanas na condição de homens e mulheres escravizados. Eles trouxeram para o país mais que sua força de trabalho. Trouxeram tecnologias agrícolas e de mineração, suas culturas, saberes, tradições e valores civilizatórios.

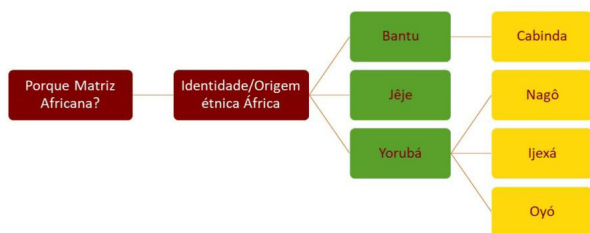
Três grandes matrizes culturais – Yorùbá, Bantu e Jeje (Ewé Fon) – conseguiram preservar muito de suas cosmovisões e saberes, tornando-os marcas indeléveis na história e no modo de ser e viver brasileiros. Essas matrizes culturais se reelaboraram dando origem a territórios tradicionais, com diversas denominações, de norte a sul do país. A reterritorialização destes Povos caracteriza-se

¹³ <http://www.fonsanpotma.com.br/o-que-e-ser-potma/>

¹¹ https://geografa.ufba.br/sites/geografa.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro_projetoLei.pdf

¹² <https://www.camara.leg.br/noticias/641253-projeto-cria-mecanismos-de-protecao-a-territorios-de-comunidades-tradicionais-pesqueiras/>

por um processo de adaptação ao novo espaço, tornando-se um agente ativo neste novo Território (espaço político, social, cultural, educacional e do sagrado).



Entre os séculos XVI e XIX, chegaram vivos às Américas aproximadamente 11 milhões de negros africanos escravizados, originários de diversas regiões do Continente. Somente para o Brasil foram trazidos cerca de 5 milhões de pessoas (Alencastro, 2000), de origem bantu, ewé, fon, yoruba, ijexá, egbá, egbadó, savé, Quicongo, Quimbundo, Nbundo, Haussás, Mande, Fulas e de outros povos e segmentos étnicos, o que explica a diversidade de idiomas e tradições preservadas nos territórios tradicionais de matriz africana no nosso país.

O território de resistência e reprodução da cultura dos povos de África foram e são, por excelência, as Unidades Territoriais Tradicionais – UTT's – também conhecidas como terreiros. As UTT's são territórios político-mítico-tradicional, uma estratégia de reterritorialização da diáspora através de um patrimônio simbólico reunido no saber vinculado ao culto dos muitas deidades, à institucionalização das festas, das formas musicais e das danças, da alimentação tradicional, da circularidade, do respeito ao mais velho e do compromisso com o mais jovem. Lamentavelmente não há dados sobre o número

de UTT's no Brasil, uma vez que a invisibilidade e o não reconhecimento destes é a política hegemônica da maior parte da história democrática do Brasil.



A relação com o sagrado é um dos elementos que constituem a complexa dimensão do conceito de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Olhar para os grupos sociais contemplados por essa definição para além de seu caráter religioso, é de extrema importância na construção das políticas públicas. Entender esses diferentes grupos como pertencentes a povos e comunidades tradicionais, com diferenciadas visões de mundo,

cultura, modos de fazer, valores, cosmologias, relações com ancestralidade, torna-se ainda, fundamental para o real enfrentamento ao racismo, já que a expressão intolerância religiosa não dá conta do grau de violência que incide sobre os territórios e tradições de matriz africana. Esta violência constitui a face mais perversa do racismo, por ser a negação de qualquer valorização positiva às tradições africanas, daí serem demonizadas e / ou reduzidas em sua dimensão real ¹⁴.

O FONSANPOTMA - Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana - tem como objetivo central fazer a defesa e promoção de um direito fundamental de todos os povos, à alimentação saudável. Com isso, desenvolveu alguns conceitos fundamentais que tem intensa conexão com a Economia Solidária.



Foto: Brasil de Fato RS

14 Cartilha: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/cartilha-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana>

A Alimentação Tradicional de Matriz Africana é constituída dentro de um processo ritualístico que inclui a produção, o beneficiamento, o preparo e o consumo dos alimentos. Já o Alimento Tradicional é todo alimento que pode ser compartilhado com a divindade e a ancestralidade e que garanta a vida de todos os seres vivos (I Plenária permanente do FONSANPOTMA – Natal 2012).

A Rede Ubuntu, assim como as demais ferramentas do SINDESU, as quais serão detalhadas na parte três, buscam dar conta destes direitos dos Povos. Segundo o CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do qual CAMP e FONSANPOTMA fazem parte no RS, ter segurança alimentar é ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como princípio, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004).

Em 2022, uma vitória importante, o Projeto de Lei 1279/22 institui o Marco Legal dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana ¹⁵. Em tramitação na Câmara dos Deputados, o texto é de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF) e outros 19 parlamentares. Entre os pontos da proposta, está a constituição do Fundo Nacional de Reparação do Crime contra a Humanidade que foi a escravidão, destinado a custear ações governamentais para o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. O objetivo do projeto é proteger a cultura dos Povos de Matriz Africana.

15 https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0f9aj4tnfzc1btu2zifnsk2o31946147.node0?codteor=2171336&filenome=PL+1279/2022 e <https://almapreta.com/sessao/politica/deputados-e-povos-tradicionais-criam-pl-que-preve-reparacao-pela-escravizacao>

O marco legal trata de aspectos fundamentais para os povos e comunidades de matriz africana, como princípios para orientar as políticas públicas a eles destinadas. Nesse sentido, o projeto prevê uma série de obrigações para o Estado. Entre elas, a adoção de políticas ações afirmativas em áreas como habitação e segurança alimentar, para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento sustentável dos povos tradicionais de matriz africana. Também determina enfoques étnico-raciais e de gênero no planejamento, gestão pública e implementação de políticas públicas, considerando as necessidades históricas destes povos mediante consultas públicas prévias. O marco legal prevê também a inviolabilidade dos territórios tradicionais de matriz africana (como terreiros, barracões e casas de batuque), salvo mandado judicial¹⁶.

“Muito além da simples defesa por uma liberdade de culto, reivindicamos do Estado brasileiro que nos reconheça na complexidade e integralidade daquilo que somos de fato: herdeiros e continuadores das tradições das nossas matrizes africanas. Povos na sua acepção completa: portadores de línguas próprias, cultura alimentar, formas específicas de organização e reprodução social. Não tenho dúvidas que esse é um debate fundamental na luta por superação do racismo estrutural”, apontou Daniel Kibuko, integrante do movimento de Povos Tradicionais de Matriz Africana do Distrito Federal (DF).

Para acessar o **Projeto de Lei 1279/22, que institui o Marco Legal dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana** e tramita na Câmara, acesse aqui: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarinte-

16 <https://www.camara.leg.br/noticias/877428-projeto-institui-marco-legal-dos-povos-tradicionais-de-matriz-africana>

[gra;jsessionid=node0f9aj4tnfzc1btu2zifnsk2o31946147.node0?codteor=2171336&filename=PL+1279/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2171336&filename=PL+1279/2022). É muito importante fazer parte deste debate e luta!

1.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A Economia Solidária, em alguns casos referida apenas como – Ecosol –, pode ser definida como um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para se viver bem. Uma forma diferente porque prioriza o ser humano ao invés do dinheiro; a divisão do trabalho; tem como prioridade a preservação da natureza, a sustentabilidade e não a exploração do meio ambiente. A economia solidária não é uma prática nova, ela já existia na forma com que os povos indígenas e os povos de matriz africana se relacionavam com a produção e consumo.

Nesse modelo de economia não há exploradores e explorados, pois o objetivo não é gerar riqueza através da acumulação, da destruição da natureza e da exploração do indivíduo, mas sim, buscar a garantia de que todos os trabalhadores possam ter qualidade de vida a partir do resultado do seu trabalho.



QUEM SÃO OS ATORES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Os coletivos e indivíduos que praticam e constroem a Economia Solidária – Ecosol – forma um movimento. Por isso a Economia Popular e Solidária também pode ser definida como um movimento social, um ator que incide na sociedade com o objetivo de desenvolver uma outra economia que não seja uma economia capitalista voltada a gerar lucro a qualquer custo social e ambiental.

As trabalhadoras e os trabalhadores da Ecosol se organizam em coletivos de trabalho, entidades de apoio, militantes-simpatizantes e consumidores, para pensar políticas e estratégias de produção, comercialização e consumo. Assim, todos os envolvidos no movimento são igualmente protagonistas com um papel importante na construção desse modelo de viabilizar as necessidades materiais da vida coletiva e individual para a qualidade de vida, a partir da vivência dos princípios da Economia popular e solidária.

PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Autonomia: o coletivo deve ser capaz de tomar suas próprias decisões, evitando que pessoas, grupos, partidos políticos ou outros fatores externos possam influenciar nas suas escolhas ou processos.

Democracia: em um coletivo da Economia Solidária, todos os integrantes devem ter direito a voz. Direito que deve ser igualitário, a partir das suas diferenças.

Solidariedade: o grupo de Economia Solidária precisa embasar suas relações pessoais no coletivo pela solidariedade. Entretanto, essa solidariedade não é uma ajuda apenas. Solidariedade é informar, é dividir o que se sabe e o que se tem, é ter com- paixão, é ter cuidado com o outro.

Cooperação: o princípio da cooperação guia o processo do trabalho individual para o trabalho coletivo, fazendo com que cada pessoa contribua com a outra. O sentido é possibilitar que, a partir de uma ação conjunta, o coletivo chegue em um objetivo comum.

Respeito a natureza: a Economia Solidária prima por uma mudança do sistema econômico que valoriza a vida. Neste sentido, promover ações que reflitam e pensem o processo produtivo e do trabalho, respeitando o meio ambiente, é fundamental para a transformação social.

Consumo consciente: tem como objetivo fazer com que o coletivo adquira apenas o que necessita, sem criar excedentes. Também sinaliza ao coletivo que as relações com empresas que agredem a natureza vão contra o princípios: o respeito a natureza e a valorização social do trabalho humano.

A valorização do trabalho humano: serve para sinalizar que todo trabalho é digno e que não deve existir uma valorização/ reconhecimento a mais por diferenças de tarefas de trabalho. O que precisamos é discutir quais as necessidades de cada indivíduo e o que cada pessoa precisa para viver bem.

Valorização da diversidade e reconhecimento: do papel fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminar crença, cor, orientação sexual e qualquer tipo de deficiência.

Autogestão: todos/as os/as integrantes são responsáveis pelo processo administrativo, político e pedagógico do coletivo. Não deve existir quem manda mais ou quem manda menos, mas pessoas de referências para cada processo que envolva a organização do grupo.

Comércio justo: é uma prática de comercialização voltada para os valores de justiça social e solidariedade. Nesta prática os coletivos precificam seus produtos a partir do valor da matéria prima e do trabalho, visando obter a sustentabilidade dos grupos.

FERRAMENTAS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

São instrumentos que ajudam a viabilizar a organização das trabalhadoras e dos trabalhadores para produção, comercialização e consumo.

Finanças Solidárias Fundos Solidários: Os fundos solidários são uma ferramenta de autogestão que organiza a captação e o uso coletivo dos recursos, tanto financeiro como de materiais. Bancos Comunitários - é uma instituição depositária, normalmente criada e operada de forma local.

Bancos Comunitários: Os bancos comunitários tendem a concentrar-se nas necessidades dos negócios das famílias da comunidade onde está organizado. Quem deposita suas economias é a própria comunidade e as

decisões de financiamento são feitas por um coletivo gestor do banco, composto por pessoas que compreendem as necessidades locais de famílias.

Cooperativas de Crédito: Operam como bancos, porém, organizado cooperativamente, em que as pessoas correntistas são sócias da cooperativa, não apenas clientes. Estas têm direito de participação em assembleias decisórias e participam, em diferentes medidas, da distribuição dos resultados do banco, uma vez que são sócias. Normalmente se organizam em torno de seguimentos produtivos/econômicos e, além de operar com a movimentação bancária de seus cooperativados, lhes empresta dinheiro.

ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA

Redes e Cadeias: as redes e as cadeias são uma forma de se organizar para produzir e comercializar de forma que todos os integrantes da rede ou da cadeia possam gerar renda proporcional a todos. Lojas Virtuais - São espaços de comercialização nas mídias sociais (Internet, Facebook, instagram, whatsapp...) potencializando o processo de comercialização em especial agora na pandemia. Casa da EcoSol -são espaços físicos que foram criados a partir da luta do movimento da Economia Popular Solidária que conseguiram em alguns estados uma política pública de criação de espaços de comercialização e o resultado desta luta são as casa de EcoSol, que na maioria delas quem administra são os próprios coletivos.

Feiras: Elas podem ter diferentes abrangências. Desde internacionais, como é o exemplo da tradicional Feira Internacional do Cooperativismo – FEICOOP – realizada anualmente, desde o ano de 1994, na cidade de Santa Maria, com participação de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES – de todo o Brasil e de fora do país. As feiras podem ser estaduais, municipais ou até locais, onde a própria comunidade organiza os eventos de comercialização na sua comunidade fazendo com que o recurso financeiro circule na própria comunidade.

Mercado de trocas solidárias: As trocas solidárias acabam por fomentar o mercado pois fazem com que os empreendimentos adquiram produtos entre si, de modo que a troca de serviço ou produto tenha por moeda outro serviço ou produto. Ou seja, é uma troca não mediada por valor monetário, dinheiro.



Parte II

CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1. METODOLOGIA DO PROJETO

Os povos e comunidades tradicionais, através de sua prática, vem construindo pressupostos, valores e princípios da economia solidária. Vivenciam a autogestão, a solidariedade, a igualdade nas relações, a horizontalidade na tomada de decisões, o respeito aos conhecimentos acumulados dos/as mais velhos/as e o reconhecimento da contribuição dos/as mais novos/as, a importância da relação comunitária e coletiva, bem como, o fortalecimento dos territórios e a construção de procedimentos práticos que lhes garantam a soberania e a segurança alimentar. Praticam a solidariedade como ação, mas também como forma de resistência e existência, porque, em muitos casos, isso é e foi condição para sobreviver.

Deste modo, o CAMP foi reaprendendo com os Povos Tradicionais, a ampliar sua leitura de mundo e a perceber que os referenciais teóricos, que estavam sendo utilizados de Economia Solidária ainda eram eurocentrados e não consideravam a visão de mundo por ele/as construídos. Desta maneira, fomos reconhecendo que nossas metodologias não eram suficientemente adequadas ao processo que vinha se desenhando.

Como uma organização aprendente, nesta relação de trabalho, o CAMP se percebe numa comunidade de aprendizagem, e foi se desafiando a construir processos e técnicas, que permitiram uma troca e uma construção coletiva dos saberes, onde não há saber mais ou saber menos. O que nos diferencia, também é o que nos enriquece e nesta diversidade vamos aprendendo juntos/as.

Assim, foi possível experimentar na vivência prática, a máxima de que “(...) é preciso primeiro que os que se acham negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este



assalto desumanizante continue” (Freire, 2015, pag. 109), por isso da busca em ser mais coletivamente, de forma horizontal e circular. Essa ação não pode ser realizada no isolamento e no individualismo, mas na solidariedade dos diferentes e diversos existires, daí que seja impossível dar-se numa relação hierárquica baseada na opressão.



Neste sentido, se pretende fortalecer a organização produtiva dos Povos Tradicionais, em especial os de Matriz Africana, bem como dos empreendimentos que se envolveram no projeto ao longo de sua execução, principalmente no período da pandemia. Partimos do acúmulo metodológico e educativo construído através do trabalho que já vinha sendo experimentado desde 2014 entre CAMP e Povos, mas avançando e fortalecendo a articulação de seus empreendimentos econômicos solidários em redes e cadeias produtivas da economia solidária. Se busca dar passos na construção do protagonismo destes sujeitos, historicamente excluídos/as, através da realização de ações educativas e processos pedagógicos, com apropriação de conhecimentos técnicos e de sua autogestão, da vivência da gestão de-

mocrática e da participação ativa destes/as trabalhadores/as na decisão sobre suas vidas, produção, consumo e comercialização¹⁷.

A metodologia se traduziu em Oficinas presenciais e posteriormente virtuais, realização de inúmeras assessorias técnicas juntos aos empreendimentos, muitas realizadas em parceria com o FONSANPOTMA, encontros estaduais, encontro nacional, participação em Feiras presenciais, através do Complexo dos Povos em Santa Maria/FEICOOP em 2018 e 2019 e em Rio Grande em 2019, realização de 18 feiras virtuais via grupos de facebook (<https://www.facebook.com/groups/redeubuntu>) da Rede e postagens no grupos de whatsapp dos empreendimentos, criação da Vitrine Ubuntu - <https://vitrineubuntu.com.br/> - entre outras ações.



As alternativas criadas a partir da Pandemia do Covid19, desde 2020 serão abordadas no ponto seguinte.

¹⁷ Texto extraído do Projeto Base, elaborado em 2017 pela equipe do CAMP em parceria com o FONSANPOTMA.

2.2. RESPOSTAS METODOLÓGICAS EM AMBIENTE VIRTUAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A Pandemia do Covid19, que iniciou no Brasil em março de 2020 e segue em 2022, alterou todos os formatos conhecidos de vida social e cultural. O encontro presencial, o abraço, a mística foram interrompidos e ainda hoje não foram retomados por completo. A tragédia brasileira, hoje com mais de 660 mil mortos e 31 milhões de pessoas infectadas, foi uma das maiores entre os países. Foi diante desta realidade, da luta pela sobrevivência que buscamos seguir desenvolvendo o trabalho, mesmo porque gerar renda e trabalho, colocar comida na mesa das pessoas mais pobres, principalmente as negras, indígenas foi uma tarefa, ainda mais urgente, de toda sociedade civil organizada.

Desta forma, demos continuidade e ampliamos a articulação entre os empreendimentos da Rede Ubuntu através das redes sociais, em especial o whatsapp. Mas, como comercializar, como fazer atividades formativas, como fazer a economia solidária andar, se todos e todas tinham que priorizar o cuidado com a saúde, ficando em casa? Através do grupo de whatsapp da Rede Ubuntu, que foi crescendo ao longo de 2020 e 2021, fomos articulando e trocando ideias com os empreendimentos, colocando estas questões, escutando as demandas, as dificuldades. Muitas relatavam: tenho produtos, mas como divulgar, onde exponho, como entrego?

Criamos, então um momento para nos reunirmos pelo whatsapp, uma reunião virtual com envio de áudios e textos para aprofundarmos as propostas de darmos continuidade às ações e principalmente ao processo de comercialização. A primeira reunião ocorreu dia 1º de maio de 2020, quando o grupo tinha 86 integrantes. Na terceira reunião realizada através do grupo de whatsapp, definimos a data da primeira Feira Virtual da Rede Ubuntu, que aconteceu de 5 a 7 de junho de 2020, com a entrega dos produtos garantida através de um ajuste realizado junto ao Ministério.

Um dos processos importantes para os empreendimentos foi a elaboração dos cards de cada, informando os dados do EES, contato, redes sociais, fotos dos produtos. Houve um grande processo de mobilização para confecção de mais de 140 cards. Também foram confeccionados cardápios dos EES que trabalhavam com alimentação. Todos os cards elaborados estão no site do CAMP - <http://camp.org.br/rede-ubuntu-2/> - e na Vitrine Ubuntu: <https://vitrineubuntu.com.br/>.

Com isso foi possível iniciar um processo de geração de renda e ampliação do trabalho para os empreendimentos (EES) da Rede Ubuntu. Ao todo realizamos mais de 4 mil entregas em Porto Alegre e região metropolitana, totalizando uma movimentação financeira aos EES envolvidos de mais de 300 mil reais.

KyNutryZzy

Alimentos Saudável Lanches integrais e saudáveis,
como quiches, cucas, bolos e brownies



51 99317-6497
com Kyzzy

@kynutryzzyalimentos

BORDADOS AFRO

51 99198-4331
Gica



Sponge & Arts

CONFEÇÃO DE PEÇAS EM ESPUMA,
FANTOCHES, CHAPÉUS, ACESSÓRIOS

51 981696091



@sponge_arts



ENTREGA GRATIS

ACARAJÉ VEGANO
Kit 30 mini acarajés 40 reais





Ao todo foram dezoito Feiras Virtuais da Rede Ubuntu, via facebook da Rede - <https://www.facebook.com/groups/redeubuntu>. Ao longo de 2020 e 2021 realizamos reuniões semanais para definirmos coletivamente, a construção de cada Feira, de cada atividade virtual formativa e cultural.

A comercialização solidária virtual mesclou geração de renda, formação, cultura, lutas por direitos, campanhas de arrecadação de alimentos. As reuniões iniciavam com algum vídeo formativo e depois fazíamos o debate sobre a comercialização, sobre os gargalos, como aprender a fazer fotos boas, como aprender a usar o celular e postar. Ao todo, fizemos mais de 50 reuniões via whatsapp com este grupo, que hoje tem 153 participantes.

No início de 2021 iniciamos o planejamento das oficinas virtuais, lembrando que sempre havia a possibilidade e mesmo a esperança de que a pandemia cedesse e que seria possível voltarmos ao presencial, mas não foi. Então, optamos por ajustar novamente o projeto. Assim, optamos pelas oficinas virtuais de formação, as quais iniciaram em julho de 2021, con-

templando temas definidos em conjunto com os empreendimentos e FONSANPOTMA, que foi responsável por dois módulos. A metodologia das atividades contemplavam duas vídeos aulas, as quais foram captadas e editadas pelo Quilombo do Sopapo, intercaladas com debates. O Ponto de Cultura Quilombo do Sopapo é um espaço cultural comunitário aberto atualmente composto por seis Coletivos de arteeducadores. Os vídeos foram produzidos por jovens que fazem parte do Quilombo. (<http://www.quilombodopsopapo.redelivre.org.br/>)



Loja on line de moda, acessórios, arte, artesanato e decoração da cultura AFRO!

Etnia A
@etniaa2020

10ª FEIRA VIRTUAL REDE UBUNTU
MÃES MULHERES GUERREIRAS
3 a 10 - maio

CAMPANHA DE ARRECAÇÃO DE ALIMENTOS

15ª FEIRA VIRTUAL REDE UBUNTU
ZUMBI e DANDARA
A luta deles não foi em vão

28 OUT
07 NOV

Artesanato Guarani
ALDEIA CANTA GALO
RESERVA INDÍGENA DE VIAMÃO/RS

51 99701-7931 | Kerexu Mirim

NOITE CULTURAL REDE UBUNTU
POESIA | APRESENTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS
MÚSICA

16 JUNHO 2021
QUARTA-FEIRA 19h

Transmissão pelo facebook do CAMP

19ª Feira Virtual da Rede Ubuntu
POR UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA ANTIRRACISTA

16 a 20 NOVEMBRO

ARTESANATO | ALIMENTAÇÃO | SERVIÇOS
BRECHÓS | PRODUTOS AFRO
PRODUTOS ORGÂNICOS

7ª FEIRA VIRTUAL DA REDE UBUNTU
SOMOS RESISTÊNCIA
1 a 15 DEZEMBRO

ARTESANATO | ALIMENTAÇÃO
SERVIÇOS | BRECHÓS
PRODUTOS AFRO
PRODUTOS ORGÂNICOS

NOITE CULTURAL
23 | Setembro | 19h

ATRAÇÕES CULTURAIS
Apreciação: GIL NEVES

- ISABETE FAGUNDES ALMEIDA - Poetas e poetas - Associação Hapi Luz
- IARA NUNES - Escritora Crônica - Proletária Assustada
- GERMINIA NAZARÉ - Poetas e Escritoras - Mestres Medicina Estudando, Atual da Mesa
- LISBET SANTOS - Poetas e Artistas - Alor'os Discursos / Cabelos Afrixe
- SILVANA CARDOSO - Contos - Tempos da Preta
- LUCIANE PINHEIRO - Contos - O Sal da Luz

Sorteio de Prêmios para quem adquiriu produtos da Rede Ubuntu de 3 a 23/9

VITRINE UBUNTU | **FONSAN POTMA** | **Escola de Cidadania CAMP**

MINISTÉRIO DA CIDADANIA
SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA URBANA

PÁTRIA AMADA BRASIL

3ª FEIRA VIRTUAL
30 JUL a 8 AGO

REDE UBUNTU
COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA
SOU PORQUE NÓS SOMOS

Artesanato | Alimentação | Produtos Afro
Produtos Orgânicos | Serviços | Brechós

#EconomiaSolidária | #ConsumoSolidário

Os módulos foram:

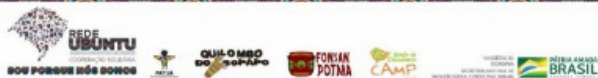
Módulo 1: Ubuntu, sou porque nós somos, tratando da identidade, ancestralidade dos Povos Tradicionais e introduzindo o tem das Redes e Cadeias em Economia Solidária, com aulas ministradas pelo FONSANPOTMA.

Módulo 2: Estratégias de Comercialização e Consumo Virtual e em Rede, aulas ministradas em parceria com a Patuá – Comunicação Solidária.

Módulo 3: Autogestão da Rede Ubuntu e SINDESU, com aulas ministradas pelo FONSANPOTMA.

Todos os módulos e as vídeo aulas estão disponíveis no canal do CAMP: <https://www.youtube.com/user/camp1983ong/featured> e na Vitrine Ubuntu - <https://vitrineubuntu.com.br/>. Mais informações sobre os módulos, seus conteúdos, no site do CAMP: <http://camp.org.br/rede-ubuntu-2/>.

OFICINAS VIRTUAIS DE FORMAÇÃO DA REDE UBUNTU DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA	
MÓDULO3	AUTOGESTÃO DA REDE UBUNTU E SINDESU
OFICINA 8 24 NOV	O QUE É O SINDESU – SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS UBUNTU
	COOPERATIVISMO/COOPTMA
OFICINA 9 08 DEZ	BANCOS COMUNITÁRIOS E FINANÇAS SOLIDÁRIAS
	MOEDA SOCIAL DIGITAL
VÍDEO 10 22 DEZ	COMO SE ORGANIZA O SINDESU
	VITRINE SINDESU, ESTRATÉGIAS DE RETORNO SOCIAL E PARCERIAS
As Oficinas serão pela Plataforma Meet Quartas - 18h30	



Ainda em 2021, iniciamos a elaboração de uma Plataforma Virtual de Comercialização, que recebeu o nome de Vitrine Ubuntu - <https://vitrineubuntu.com.br/>. A construção foi feita junto ao Comitê Gestor da Rede Ubuntu e de um Grupo de Trabalho. O objetivo da Vitrine é divulgar os empreendimentos e seus produtos, proporcionando um espaço de comercialização e formação. Este será um dos legados importante do projeto, tendo em vista que possibilitará autonomia aos Povos para que possam consolidar as ferramentas do SINDESU e as lutas por direitos.

2.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA ANTIRRACISTA E FEMINISTA

Concomitante à comercialização virtual, desenvolvemos junto ao grupo dos empreendimentos da Rede e do Comitê Gestor atividade culturais e formativas através das *lives* pelas redes sociais, que se popularizaram durante a pandemia. Todas as *lives* foram conduzidas e tiveram como provocadoras mulheres e homens negros.

A primeira *live* foi realizada em julho de 2020, sobre Os Desafios da Vida das Mulheres Negras no RS, que fechou o Julho das Pretas, para o qual também fizemos uma Campanha Mulheres Negras que quebram as barreiras do preconceito. Ao todo 16 Mulheres Negras gravaram um vídeo, contando como quebram as barreiras do preconceito (disponíveis em https://www.facebook.com/CampCidadania/videos/?ref=page_internal).

Também fizemos *cards* com os rostos que compõem a Rede Ubuntu e ele é de um Mulher Negra:

Realizamos as seguintes *lives*:

- Lanceiros Negros: as Lutas do Povo Negro no RS, setembro de 2020
- Formas de comercialização em Rede em tempos de pandemia, dezembro de 2020
- Rede Ubuntu: uma economia com cuidado e pelo bem viver já acontece com os Povos Tradicionais, dezembro de 2021.
- Roda de Conversa Virtual Mulheres Negras: empoderamento e as violências que nos assolam, março de 2022
- Roda de Conversa Virtual A Ancestralidade e a Mulheres: o que é? Como atua na vida das mulheres? Maio de 2022.

As Noites Culturais, protagonizadas pelas mulheres negras, foram espaços de debate, divulgação dos trabalhos dos empreendimentos das lutas dos Povos. Ao todo realizamos seis noites culturais.

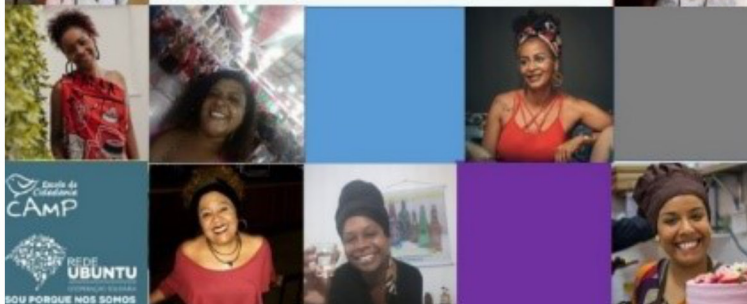
Importante registrar, ainda que todos estes espaços de construção, de trocas, de aprendizados também se efetivaram em espaços de cuidado com a outra, tanto em relação à saúde física quanto mental. A pandemia nos isolou. A Rede Ubuntu nos juntou, era uma fala constante.

Assim como a urgência de fazermos uma Economia Solidária Antirracista e Feminista. As atividades da Rede foram incorporando este posicionamento político diante de uma sociedade formada, estruturada pelo racismo que perpassa todos os espaços e pes-

soas, grupos, organizações. A Rede Ubuntu assumiu esta bandeira da Economia Solidária Antirracista, feita por mulheres e homens, mas muito fortemente, Mulheres Negras.

Outra importante ação da Rede Ubuntu foi a Campanha de Arrecadação de Alimentos, iniciada no auge da pandemia, em março de 2021. A metodologia da Campanha foi baseada no envolvimento dos empreendimentos, pois a cada entrega de produto, solicitam às clientes a doação de um alimento. As duas comunidades indígenas participantes da Rede foram as maiores beneficiadas, mas ao todo em torno de 20 famílias receberam alimentos. A Campanha foi encerrada em novembro de 2021.

Outra ação importante foi o Programa de Entrevistas semanal Papo Ubuntu, realizado através da rádioweb New Black Montenegro e liderado pela Educadora do CAMP, Gil Neves. Entre 2020 e 2021 foram mais de 20 programas de uma hora de entrevistas com mulheres negras, tratando de temas atuais. Um dos principais objetivos foi mostrar que as mulheres negras também podem ser referência para outras.



Parte III: SINDESU - SISTEMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E FINANÇAS SOLIDÁRIAS UBUNTU

Nesta parte da Cartilha vamos tratar do SINDESU, que, como o próprio nome indica, é um sistema de desenvolvimento econômico e finanças solidárias, ou seja, é composto por um conjunto de elementos que tem por propósito o crescimento de um grupo e região que, baseando-se na Economia Solidária, propõe formas de reduzir as desigualdades de modo colaborativo.

O objetivo do SINDESU é organizar o sistema alimentar biomítico dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, garantindo que estes tenham protagonismo financeiro e econômico através de uma teia de desenvolvimento sustentável e solidária que interligue territórios nacionais, respondendo às necessidades locais destes povos.

É importante que os Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAS) se unam e se organizem para enfrentar as dificuldades que desde a escravidão lhes é imposta. Vivemos num sistema capitalista em que o capital, o poder econômico é quem dita a sobrevivência. Acreditamos que jogar o jogo não é concordar com ele, principalmente quando não se tem opção. Os POTMAS podem se desenvolver e com um sistema financeiro suas chances são infinitamente maiores.

O SINDESU, como um sistema de desenvolvimento econômico, tem por fundamentos a facilitação econômica dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, seja auxiliando na geração de renda, seja aplicando estratégias que trabalhem na qualidade e melhor preço de tudo que estes povos utilizam no seu dia-a-dia. O que une, o ponto comum de todos os Povos Tradicionais de Matriz Africana, aqui ou em qualquer lugar do planeta é a ALIMENTAÇÃO. A comida é um fator central em todas as tradições da Mãe África e não por acaso seu maior ponto fraco. Por essa razão que a Soberania Alimentar é o que mais precisa ser fortalecido.

“Organizar o sistema alimentar biomítico dos povos tradicionais de matriz africana, garantindo que estes tenham protagonismo financeiro e econômico através de um teia de desenvolvimento sustentável e solidária que interligue territórios nacionais, respondendo à necessidade locais destes povos.”

Isto significa colocar a Alimentação Tradicional como foco das ações financeiras, interligadas de norte a sul do país para que, uma vez conectadas, um território possa suprir as necessidades do outro e todos permaneçam fortes diante do sistema que está sempre bloqueando nossa passagem.



Assim, temos como exemplo prático destas ações, o Barro do Pará, uma referência nacional na produção de alguidares, pratos e demais utensílios amplamente utilizados nas diásporas africanas no Brasil todo. Com o SINDESU, por intermédio das cooperativas, federações e confederações de cooperativas que farão o “meio de campo” comercial para que os POTMAS de todo o país possam acessar como se estivessem no próprio estado do Norte, de forma legalizada, este material de qualidade a um preço muito mais justo do que o que se pratica hoje e com matéria de origem duvidosa. Isso se repetirá em tudo quanto for necessário para os povos, fortalecendo-os e facilitando, como já dito antes, economicamente.

Para além da relação de compra e venda, um fator que sabemos ser sensível a todos nós, ainda mais no Brasil atual, o SINDESU também se propõe a garantir que os Povos Tradicionais de Matriz Africana tomem posse de sua autonomia financeira.

O SINDESU propõe uma forma de organização econômica e solidária, com uma estrutura multifacetada e variada, somando diferentes estratégias e ferramentas modernas, com diretrizes próprias e uma complexa configuração a nível nacional. Dele constam:

- As cooperativas e suas federações e confederações;
- O Banco Grão de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e a moeda Grão Digital;
- O Fundo Solidário Ubuntu;
- A Vitrine SINDESU;

- A Rede Ubuntu de Cooperação Solidária.

Cada ferramenta tem um conjunto de regras que regulam seu funcionamento, sempre voltado ao desenvolvimento socioeconômico dos povos tradicionais de matriz africana em diferentes níveis:

- Facilitando, qualificando e barateando seu acesso ao que sua tradição necessita para ser mantida: sabemos que nunca foi barato praticar as tradições de matriz afro, no Brasil atual então não tem nem como negar. O SINDESU tem em sua composição uma forma de contornar isso, além de garantir a legalidade de alguns processos econômicos que ocorrem às margens da lei porque não se tinha e não se sabia outra opção.
- Promovendo formas de geração de renda e emprego por intermédio do incentivo ao cooperativismo e/ou ao empreendedorismo: as cooperativas são excelentes iniciativas para facilitar o processo de comercialização de tudo o que os Povos Tradicionais de Matriz Africana precisam para sua cultura e, apesar de não visar lucro, tem sua própria configuração de subsistência, que passa pela geração de recurso para que pessoas possam trabalhar nelas. Além disso, entre as estratégias do SINDESU está o incentivo ao empreendedorismo dentro ou fora das cooperativas, somando a circulação do dinheiro entre os próprios POTMAS e o impulsionamento de negócios que são nossos.
- Criando um modo próprio de dar crédito aos Povos Tradicionais de Matriz Africana, que apenas sonham

com essa possibilidade em instituições financeiras comuns.

- Interligando povos e territórios para que de norte a sul do país sejam todos beneficiados com o SINDE-SU: em diferentes regiões do país são produzidos diferentes tipos de materiais e alimentos com um potencial muito grande de expansão se empregada a estratégia correta.

3.1 AS COOPERATIVAS E SUAS FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES

Em um sistema que leva o nome Ubuntu, o cooperativismo legitima a lógica de coletividade que permeia todo o SINDESU. O papel das Cooperativas é o de permitir que os Povos Tradicionais de Matriz Africana

tenham como acessar seus itens e alimentos tradicionais, vendê-los e/ou produzi-los entre si e para a comunidade em geral, impactando diretamente na sua renda, seja com os descontos que uma Cooperativa pode oferecer, seja com o aumento na demanda dos produtos que um cooperado está comercializando.

Além do mais, toda a comunidade sai ganhando: de acordo com o princípio do Interesse Pela Comunidade, as cooperativas têm um compromisso com o desenvolvimento de sua região, devem respeitar as peculiaridades sociais e a vocação econômica do local, desenvolvendo soluções de negócios e apoiando ações humanitárias e socioambientalmente sustentáveis, voltadas ao desenvolvimento da comunidade onde estão instaladas. É o desenvolvimento dos territórios em benefício de toda a sociedade.



CONFECOOPTMA

Confederação formada a partir de 7 Federações das COOPTMAS do País. Gerida pelo Fosanpotma Nacional.

FECOOPTMA

Federação formada a partir de 4 COOPTMAS de um Estado com Fosanpotma constituído. Gerida pelo Fosanpotma Estadual.

COOPTMA

Cooperativa formada por no mínimo 20 autoridades e/ou lideranças Tradicionais de Matriz Africana em cada um dos municípios com Fosanpotma constituído. Gerida pelo Fosanpotma Municipal.

3.2 O BANCO GRÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA E A MOEDA GRÃO DIGITAL

Grão Digital é o nome da moeda social do Banco Comunitário dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, o Banco Grão. O Banco Grão é um serviço financeiro solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias dos POTMAS, tendo por base os princípios dos Povos Tradicionais de Matriz Africana e a Economia Solidária.

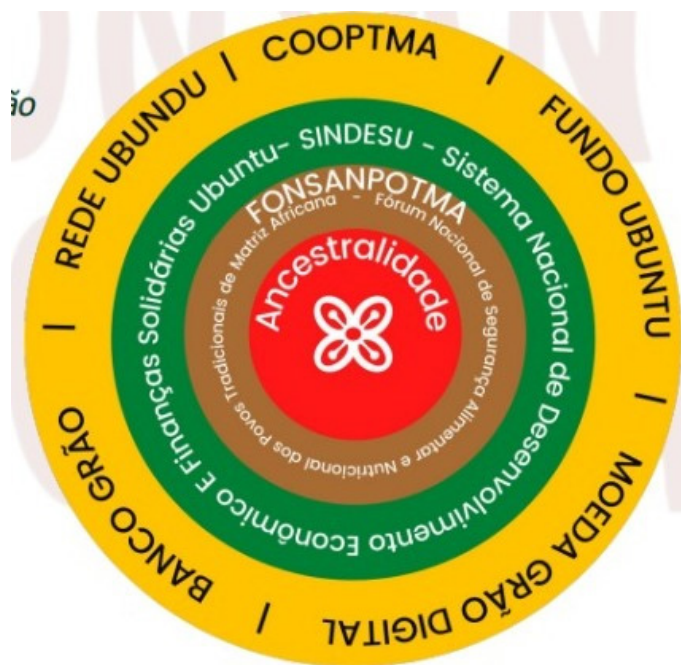
Sua missão é:

- Promover o desenvolvimento dos territórios onde estão localizadas Unidades Territoriais de Matriz Africana, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo;
- Apoiar as iniciativas de criação COOPTMA e da Rede Ubuntu

O lastro da moeda Grão é o real. Qualquer valor convertido em Grão vai corresponder ao mesmo na moeda oficial: cada Grão na sua conta equivale a um real. Isso facilita a utilização, garante que você tenha todo controle sobre seus investimentos e permite que os créditos adquiridos possam ser usados da melhor forma possível pelos associados. A moeda Grão Digital tem critérios de utilização e respeita regras construídas justamente para que seja de benefício dos próprios povos tradicionais de matriz africana. Para ter acesso ao Grão Digital é necessário abrir uma conta no Banco Comunitário Grão, o que é feito pela nossa rede de

cadastradores por intermédio do aplicativo E-dinheiro.

Uma vez com a conta aberta, o modo de conversão do seu dinheiro para Grão se dá através de um fluxo bem simples: ele deve ser enviado para a conta de custódia do Banco Grão, uma conta na Caixa Econômica Federal destinada exclusivamente a receber valores do Banco Comunitário. Isso pode ser feito via depósito ou transferência. Depois disso, o comprovante da transação deve ser enviado ao Financeiro SINDESU da sua localidade, o qual encaminha internamente ao Financeiro Nacional, que efetuará a baixa do depósito ou transferência e creditar o valor na sua conta Grão. Isso pode demorar no máximo um dia e, uma vez que o Grão entra em sua conta, você já pode usá-lo nos estabelecimentos parceiros ou fazer pagamentos entre contas e-dinheiro do Banco Grão.



3.3 FUNDO SOLIDÁRIO UBUNTU

A gestão do Fundo, criado em 2017 é da Cooperativa Estadual de Trabalho e Desenvolvimento dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – COOPTMA-RS e do Banco Grão. O fundo Ubuntu é misto. Sua forma de gestão contempla ações de Fundo Rotativo Solidário, atuando com associados/as da COOPTMA RS e também com ações de Fundo de Fomento, na medida que prevê ações com terceiros/as.

Tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento econômico e social das/os cooperadas/os da COOPTMA RS que optarem por compor o Fundo Solidário UBUNTU, priorizando as questões de gênero, juventude e idosos/as; facilitar o acesso ao crédito produtivo e orientado aos bens e mecanismos de produção, promovendo o desenvolvimento sustentável e diminuindo a pobreza dos povos tradicionais de matriz africana; ampliar e fomentar grupos de geração de trabalho e renda; e contribuir financeiramente com a manutenção das instâncias nacional, estadual, municipal e micro do Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA)¹⁸.

O SINDESU, por intermédio do Banco Grão e do Fundo Solidário Ubuntu, possibilitará o acesso ao crédito, que pode ser concedido a uma autoridade ou liderança tradicional, por exemplo, inclusive e justamente para manutenção de suas práticas tradicionais.

O Fundo Ubuntu, como dito, pode ser utilizado por uma pessoa física, qualquer uma que tenha uma conta

no Banco Grão, ou por uma pessoa jurídica, conforme a regulamentação do banco para este caso. Das duas formas, ele advém das iniciativas e taxas das próprias movimentações financeiras do SINDESU e age na facilitação dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, seja para aquisição de alimentos e itens necessários a suas práticas tradicionais, seja para incentivo, auxílio ou expansão de um empreendimento.

Um dado importante: o Fundo Ubuntu, por estar vinculado ao Banco Grão, é concedido em Grãos. Com toda a certeza pode ser convertido em reais, mas sua utilidade máxima se dá na Rede Ubuntu e nas Cooperativas, fazendo com que o nosso próprio dinheiro circule entre nós e favoreça a todos. Este é o Ciclo das finanças solidárias e o objetivo do SINDESU.

3.4 VITRINE UBUNTU - <https://vitrineubuntu.com.br/>

O mundo todo está em constante modernização. Antigos métodos de promoção ou caem no esquecimento ou passam por um processo de adaptação para a realidade tecnológica em que vivemos e que não pode ser ignorada por quem quer se desenvolver economicamente e fazer parte do mercado. A Vitrine Ubuntu é justamente um mecanismo de propiciar que os Povos Tradicionais de Matriz Africana estejam inseridos nesta mesma evolução.

A Vitrine Ubuntu é um site de divulgação de empreendimentos dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, com design e facilidade para oportunizar que uma autoridade ou liderança tradicional possa promover seu negócio, seja ele formal ou informal, e consiga

18 <http://camp.org.br/files/2017/02/CARTILHA-FUNDOS-SOLIDARIOS-FINAL-WEB.pdf>

mais consumidores, consequentemente aumentando sua geração de renda.

Ela surge do crescimento exponencial da importância do marketing digital para qualquer empresa de qualquer porte nos dias de hoje. Muitos não têm tempo - nem conhecimento, nem capital - para fazer uma propaganda de qualidade ou que atinja grandes números de pessoas. Isso se maximiza para os POTMAs, que têm que se dividir entre seu trabalho como empresário e suas atividades tradicionais.

Na Vitrine Ubuntu, a ideia é configurar um *app* responsivo ao site, com ferramentas que aproximem os comércios aos membros do Banco Grão, já que nela poderão ser divulgados todo e qualquer empreendimento ou estabelecimento que aceitar a moeda Grão Digital, além das ofertas exclusivas para incentivar o uso da moeda social.

VITRINE UBUNTU

3.5 REDE UBUNTU DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

A Rede Ubuntu de Cooperação Solidária no RS, busca garantir a inserção dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, Quilombolas, Indígenas, Pescadores e empreendimentos da economia solidária no contexto e práticas da Economia Solidária, como forma da superação de desigualdades históricas, através da realização de processos formativos fundamentados na educação popular e de articulação com outros atores

da economia solidária, visando o fortalecimento das cadeias produtivas, a geração de trabalho e renda, a constituição de arranjos econômicos territoriais de produção, comercialização e consumo solidário.

É composta por mais de 120 empreendimentos, entre coletivos, grupos, cooperativas e Unidades Territoriais Tradicionais. É gerida pelo Comitê Gestor, composto pelos empreendimentos e pelo FONSANPOTMA.

O grupo de facebook - <https://www.facebook.com/groups/redeubuntu> - onde ocorrem as Feiras Virtuais foi uma importante ferramenta da Rede durante a pandemia. Hoje o grupo é composto por mais de 4 mil pessoas, que recebem as postagens diárias dos empreendimentos e seus produtos, bem como de atividades formativos, textos, notícias relacionadas às causa da Economia Solidária, da luta antirracista. Junto à Vitrine Ubuntu se configura em importante espaço de divulgação dos Povos.



3.6 GESTÃO DO SINDESU

O SINDESU é gestado pela Secretaria Executiva Permanente do Comitê SINDESU, um colegiado formado por quatro coordenações: Geral/Executiva, Financeira, Articulação Política e Comunicação. Cada uma delas tem um papel no sistema como um todo, funcionando como pilares desta grande estrutura e engrenagens que fazem a máquina trabalhar:

- Coordenação Financeira, que conduz e gerencia os processos econômicos do Banco Grão e do Fundo Ubuntu. É dele a função de, por exemplo, receber os recursos das vendas e liberar recursos para as despesas decorrentes dos processos em geral, além de administrar a relação dos Cadastradores do Banco Grão;
- Coordenação de Articulação Política, que administra as relações com instituições e com o Estado para a aquisição de produtos para o SINDESU e trabalha a questão logística juntamente da Comunicação;
- Coordenação de Comunicação, que constrói e executa as estratégias de marketing, propaganda e publicidade, além de ser responsável pelo planejamento das vendas na ponta (consumidor final) e pelo funcionamento do aplicativo e-dinheiro do Banco Grão e demais plataformas digitais do SINDESU;
- Coordenação Geral/Executiva, que trabalha no diálogo entre as coordenações, auxiliando na condução de todas em geral e respondendo oficialmente pelo Sistema das relações exteriores, além de contribuir nas decisões da Secretaria.

Estas são as principais funções hoje existentes no SINDESU. Em cada uma existe uma variedade de desdobramentos para cada tarefa de cada coordenação: a função do cadastrador e do gerente do Banco Grão no Financeiro, por exemplo, ou a função do designer gráfico e do vendedor na Comunicação.

Isso quer dizer que o sistema não é limitado a poucas mãos e em sua estrutura há possibilidade de expansão e um aumento de funções, o que demanda recursos humanos e muito trabalho, gerando emprego e renda para os Povos Tradicionais de Matriz Africana.

CONSIDERAÇÕES

Constituir a Rede Ubuntu de Cooperação Solidária no Rio Grande do Sul foi um desafio enorme, tendo pela sua dimensão e objetivos, quanto e principalmente, por ter enfrentado e ainda enfrentar a Pandemia do Covid19. Fazer Economia Solidária, articular grupos e promover atividades formativas e de comercialização em formato virtual, a partir da Educação Popular foi um aprendizado imenso. Conectar, de fato, as pessoas através de redes sociais passou por um processo longo de aprendizado do CAMP e todas envolvidas nos processos de constituição da Rede Ubuntu.

A sua conexão com o SINDESU e o FONSPANOTMA foram essenciais neste processo. Os Povos Tradicionais de Matriz Africana foram os mais atingidos pelas crises geradas pela Pandemia e pelo avanço da crise econômica, desemprego, aumento da insegurança alimentar, da fome.

Com isso, podemos efetivar as ações de geração de renda para os empreendimentos da Rede, viabilizados, inicialmente pelas Feiras presenciais e após pela comercialização virtual, que como dissemos, movimentou mais de 300 mil reais entre 2020 e 2021. Com a Vitrine Ubuntu este processo terá uma sustentabilidade.

Todas as atividades formativas, desenvolvidas a partir da metodologia da Educação Popular, possibilitaram a apropriação pelos empreendimentos das ferramentas e valores da Economia Solidária, dos valores Ubuntu e do sistema SINDESU.

Muito a que se caminhar, construir, manter. CAMP, FONSPANOTMA e Empreendimentos tem este compromisso com a luta antirracista, com a Economia Solidária e com a segurança alimentar e nutricional. Que esta cartilha, *UBUNTU: sou porque nós somos Economia Solidária*, contribua nesta caminhada!

Somos UBUNTU, somos Economia Solidária! Somos luta antirracista! Somos acolhimento e diversidade! Somos uma Tradição que Alimenta, não violenta! Somos Ancestralidade! Somos Sagradas Mulheres Águas! Somos Feministas, Antirracistas e Anticapitalistas!

#EconomiaSolidáriaAntirracista #TradiçãoAlimentaNãoViolenta

REFERÊNCIAS

Cartilha Povos e Comunidades Tradicionais, 2016 - Ministério da Justiça e Cidadania Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

Cartilha Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 – 2015, 2013 – Presidência da República Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais

Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) - Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)

Cartilha O combate ao racismo como dimensão do Desenvolvimento Institucional das OSCs, Coordenação da Equipe DI do Fundo de Transição da Fundação OAK/Brasil - Domingos Armani

Ribeiro, Djamila – **Pequeno Manual Antirracista**, São Paulo, Cia das Letras, 2019

Ribeiro, Djamila, **O que é lugar de fala?**, Belo Horizonte, Letramento/Justificando, 2017

Akotirene, Carla, **O que é interseccionalidade?**, Belo Horizonte, Letramento/Justificando, 2018

Almeida, Silvio, **O que é racismo estrutural?**, Belo Horizonte, Letramento/Justificando, 2018

Krenak, Ailton, **Ideias para adiar o fim do mundo**, São Paulo, Cia das Letras, 2020

Cartilha Fortalecimento e Expansão das Iniciativas de Fundos Solidários na Região Sul Convênio 792864/2013 - CAMP

<http://www.fonsanpotma.com.br/>

Portal Geledés: <https://www.geledes.org.br/ubuntu-filosofia-africana-conceito-de-humanidade-em-sua-essencia/> e <https://www.geledes.org.br/tag/ubuntu/>

<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>

<http://conaq.org.br/>

<https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/comunidades-quilombolas>

<https://pib.socioambiental.org/>

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/05/02/estatuto-dos-povos-ciganos-e-aprovado-e-deve-seguir-para-a-camara>

http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos

https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro_projetolei.pdf

<https://www.camara.leg.br/noticias/641253-projeto-cria-mecanismos-de-protecao-a-territorios-de-comunidades-tradicionais-pesqueiras/>

Projeto Base, elaborado em 2017 pela equipe do CAMP em parceria com o FONSANPOTMA

brechó DA GOTA



991.862.536

REDE UBUNTU
COMUNIDADE E CONEXÃO
SOU PORQUE NÓS SOMOS

SEMPRE COM A MÃO NA RODA

BRASIL

13 de Agosto
Centro de Memória da Matriz Africana

Av. Valdomiro Candido dos Reis, 601
Capão da Canoa | RS

51 98490-0929

Iyá Vera Soares

REDE UBUNTU
COMUNIDADE E CONEXÃO
SOU PORQUE NÓS SOMOS

SEMPRE COM A MÃO NA RODA

BRASIL

TERAPIAS
Drª NEGRITTA
& COLABORADORES

Costelação Familiar | Orgonites
Barra de Access | PANCs | Reiki
Alcoolaturas | Florais de Bach

ATENDIMENTO
GRATUITO
PARA CRIANÇAS
ATÉ 12 ANOS

Todas as quartas das 08h às 14h
Atendimento para crianças com
dificuldade cognitiva e físicas.
* Somente com hora marcada
* Trazer laudo médico
no 1º atendimento

51 98357 6785



REDE UBUNTU
COMUNIDADE E CONEXÃO
SOU PORQUE NÓS SOMOS

SEMPRE COM A MÃO NA RODA

BRASIL

HAJA LUZ
Acervo Cultural
Afrodescendente



Coleção África

Coleção Nelson Mandela

051 984795628 - Isabete
@ifaartesanafro
/hajaluz

• africanas de garrafa
• brinços
• turbantes

***aceitamos cartões**

REDE UBUNTU
COMUNIDADE E CONEXÃO
SOU PORQUE NÓS SOMOS

SEMPRE COM A MÃO NA RODA

BRASIL

alecrim
DOURADO

ARTESÃ LISBET SANTOS | RESTINGA/POA

MÁSCARAS DE TECIDO REUTILIZÁVEL

7,00
MÁSCARAS

5,00
FRANZISAS

@BazarBelezaAlecrim **51 9 9647 8946**

REDE UBUNTU
COMUNIDADE E CONEXÃO
SOU PORQUE NÓS SOMOS

SEMPRE COM A MÃO NA RODA

BRASIL

